

## REFORMAS SEM ESTABILIZAÇÃO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S.Paulo, 24/3/91*

Nos últimos anos a idéia de que o controle da inflação é condição para que se levem adiante as reformas estruturais e se retome o desenvolvimento assumiu o caráter de uma verdade axiomática. Entretanto, o primeiro ano do governo Collor está demonstrando que esta afirmação é falsa pelo menos no que diz respeito às reformas estruturais. Estas estão sendo feitas, embora a estabilização não tenha sido alcançada.

O governo Collor e particularmente sua equipe econômica vêm sendo avaliados de maneira crescentemente negativa pela sociedade em função de não terem logrado, de fato, controlar a inflação. Este é sem dúvida um fato que depõe contra o governo. A política monetarista adotada a partir de maio e a recessão resultante não tiveram como compensação o efetivo controle da inflação. A equipe teve dificuldades em administrar a inflação inercial e o regime hiperinflacionário existentes no Brasil. O Plano Collor II certamente não logrará eliminar a inflação, como seria de se esperar de um segundo congelamento. O tarifaço faz com que ele deixe um "resíduo inflacionário" excessivamente alto (inflação em torno de 8 por cento em março, primeiro mês em que os índices de inflação aparecerão sem resíduo estatístico ou carry over). Esse resíduo inflacionário servirá de patamar a partir do qual as leis da inércia inflacionária em regime hiperinflacionário se encarregarão de levar a inflação para níveis mensalmente mais altos.

A avaliação da equipe econômica, entretanto, é injusta se considerarmos o esforço que vem sendo realizado e os resultados já alcançados em termos de reformas estruturais. Ora, sem essas reformas a estabilização duradoura da economia é pouco provável e a retomada do desenvolvimento praticamente impossível. Na verdade, excetuado o problema da inflação, o desempenho da equipe econômica é muito bom.

Em primeiro lugar, a equipe econômica adotou o diagnóstico correto do problema fundamental da crise brasileira: trata-se de uma crise fiscal, de uma crise financeira do Estado. E, a partir desse diagnóstico, vem procurando, com enorme firmeza, não apenas reduzir o déficit público, mas também reduzir e/ou consolidar a dívida pública. A dívida pública interna já foi substancialmente reduzida. A atitude

filme do Brasil em relação à dívida externa visa exatamente reduzi-la e consolidá-la. Os bancos e os governos pressionam para um acordo sobre os juros atrasados. É razoável que se faça o acordo desde que fique claro que qualquer pagamento só será realizado depois de o principal ter sido também negociado.

Em segundo lugar, o governo teve a coragem de acabar com os títulos e cheques ao portador, reduzindo assim a sonegação fiscal e abrindo possibilidade para uma tributação progressiva.

Em terceiro lugar, o governo iniciou efetivamente um programa de liberalização comercial, que há muito se fazia necessário. Esse programa, que nada tem de neoliberal, está acoplado com uma política industrial e tecnológica (Programa de Competitividade Industrial) que indiscutivelmente aponta na direção certa.

Em quarto lugar, o governo iniciou um bem estruturado processo de privatização, incluindo grandes empresas estatais como as siderúrgicas.

Estas são algumas reformas estruturais efetivas. Reformas que abrem novas perspectivas para a economia brasileira, que definem uma nova estratégia de desenvolvimento e modernização.

Agora, com o Projeto, o governo dá continuidade a essas reformas. Seu diagnóstico da crise brasileira continua correto: temos uma crise fiscal, ou seja, uma crise financeira profunda do Estado. O objetivo é reduzir o Estado e sanear-lo, para que ele possa realizar suas tarefas no plano do desenvolvimento industrial e tecnológico e no plano social.

Para alcançar esse objetivo a equipe econômica, que coordenou o Projeto, não hesita em fazer propostas que ainda despertam muita controvérsia: a redução da estabilidade dos funcionários públicos, a substituição da aposentadoria por tempo de serviço pela aposentaria por idade (que não precisa ser a mesma para todas as profissões), a introdução do ensino universitário pago acoplado com um grande aumento das bolsas de estudo.

Estas reformas são todas extremamente necessárias. São reformas que tornarão o Brasil um país moderno. Que permitirão superar a crise fiscal. Que tornarão o Brasil um país mais competitivo internacionalmente. Mas encontrarão a resistência de interesses contrariados e de preconceitos antigos, da mesma forma como as medidas de eliminação dos títulos ao portador, a redução da dívida pública, a privatização e a liberalização comercial eram reformas vigorosamente recusada por uma direita e uma esquerda arcaicas.

O Projeto está agora no Congresso. E hoje, mais do que em qualquer outro momento na história deste país, as esperanças estão sendo nele depositadas. Espera-se

que o grande entendimento nacional para superação da crise se realize 1 . Estas esperanças são compreensíveis, mas não devem ser exageradas. Sem uma liderança firme da Presidência nenhum acordo real será viável.

Esta liderança foi abalada pelo retorno da inflação no segundo semestre de 1990, e voltará a ser colocada em cheque pelo volta da inflação nos próximos meses. A equipe econômica está corretamente flexibilizando os preços, mas, equivocadamente, está dificultado a reindexação da economia. Ao fazer isto arrisca um retorno desordenado senão explosivo da inflação. Durante 1991, à medida que os preços sejam liberalizados ou flexibilizados e que os agentes econômicos tratem de recompor seus preços relativos, a inflação certamente voltará. Ninguém deve se surpreender ou indignar por isso. É conveniente, entretanto, que a inflação volte de maneira ordenada e gradual, de forma a dar tempo ao governo para continuar suas reformas estruturais e a permitir que ele recupere fôlego para um novo e definitivo plano de estabilização. Esta volta gradual, ao invés de explosiva, da inflação dependerá, entretanto, da competência da equipe econômica e do bom senso da sociedade.